PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Razões de veto da Lei Municipal nº 2713/2019:

Em análise ao Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, dando origem à Lei 2713/2019, verifica-se a necessidade de conceder veto parcial a referida, considerando algumas emendas realizadas na Câmara de Vereadores e que gerarão o aumento de despesas, portanto, sendo contrário ao interesse público e com resquícios de inconstitucionalidade, vez que o Poder Executivo Municipal não terá a possibilidade de arcas com as despesas propostas. São estas:

O Anexo I, Função 04: Administração

*Implantação da isenção total de IPTU/ Taxa de Estar/ estacionamento para todas as prioridades como idosos, deficientes físicos de toda a natureza, pessoas acometidas por doenças crônicas como o câncer;

*Disponibilizar um imóvel público para a instalação da delegacia da mulher, garantindo a implantação e a manutenção da instituição, com permissão para instalar também a sede do Conselho dos Direitos da Mulher;

*Construção e manutenção da casa da cultura indígena KAIGANG e Quilombola Municipal com a garantia de custeios de servidores públicos para atender;

*Disponibilizar salas para o funcionamento dos Conselhos Municipais;

*Construção/Manutenção da Delegacia da Mulher.

No que tange à isenção do IPTU para as prioridades dos idosos, deficientes físicos de toda a natureza e pessoas acometidas por doenças crônicas, como o câncer, há vigente a Lei Municipal nº 2333, de 22 de outubro de 2015, que prevê a redução de 30% (por cento) no IPTU.

No momento, o Município não dispõe de imóvel público disponível e que comporte a delegacia da mulher, e o pagamento de aluguel ou outra forma de custeio mostra-se onerosa, criando despesas, aumentando o orçamento, contrariando o interesse público. Quando necessário, são disponibilizadas salas das repartições públicas municipais para a realização de reuniões dos Conselhos Municipais, não havendo a possibilidade de instalação de sede de Conselho, vez que são muitos os conselhos existentes e necessários, não havendo imóveis públicos disponíveis para sua instalação, ou, ainda, a possibilidade de locação de espaço para tanto, por aumento de despesas.

Considerando que a "Delegacia da Mulher" é de responsabilidade do Estado, não há a possibilidade de construção e/ou manutenção desta pelo Município, vez que os servidores são concursados do Estado e os recursos e sua manutenção devem ser repassados diretamente pelo Estado.

No que tange à manutenção e construção da casa da cultura indígena KAIGANG e Quilombola Municipal com a garantia de custeios de servidores públicos para atender, vê-se sua impossibilidade, considerando que cultura indígena e quilombola são custeados com recursos da União e Estado, não podendo o Município realizar a construção de uma sede e garantir todos os seus custeios. Além de que, a disponibilização de servidores, sobrecarrega dos centros de custos municipais, com a necessidade de cedência de servidores para tanto. Isso mostra-se como aumento de despesa e, portanto, contraria o interesse público.

Função 12: Educação

*Implantação do auxílio transporte para professores municipais;

*Implantar o transporte de alunos interbairros na zona urbana;

*Conceder aumento real de salário para os professores de escola regular, CMEIs, escola de arte;

*Implantação nas escolas de rede municipal com tablets para auxiliar no estímulo ao processo ensino aprendizagem.

Inicialmente, vale ressaltar que a implantação do auxílio transporte para professores municipais vai transferir uma parcela dos valores do transporte público para o Município, aumentando as despesas e, portanto, sendo contrário ao interesse público.

Acerca da implantação de transporte de alunos interbairros na zona urbana, esclarece-se que no que tange às escolas municipais, aos alunos é ofertado a vaga nos CMEIS e escolas municipais mais próximo de sua residência, não havendo a necessidade do transporte público para os alunos dentro do Município, no que tange às escolas municipais. Ocorre que, quando é de vontade do responsável do aluno ou do próprio aluno estudar em local diverso, esse deverá arcar com a despesa, pois, em momento algum está sendo negado o direito de estudo, mas tão somente, indicado o lugar onde o poder público pode fornecer a vaga, a qual é sempre próxima da residência do aluno.

A implantação de tablets na rede municipais para auxiliar no estímulo de processo de aprendizagem mostra-se inviável pelo aumento de despesa causando, o que se mostra contrário ao interesse público. Além disso, cabe ressaltar, como é de conhecimento dos fiscalizadores senhores vereadores deste Município, que foi implantado no Município sistema de ensino, que é lícitado todos os anos, disponibilizando apostilas aos alunos, além de todo o material necessário para sua aprendizagem. Cabe ressaltar, ainda, a existências das mesas interativas, disponibilizados aos alunos em aprendizagem.

Função 10: Saúde

*Implantação/manutenção de um centro de diagnóstico de alta complexidade no Município;

*Implantação e manutenção de uma Unidade de Hemodiálise.

Quanto à implantação de centro de diagnóstico de alta complexidade no Município, cabe ressaltar que a alta complexidade é dever do Estado, de forma que os custos com a alta complexidade, em sua maioria, são realizados da forma TFD (Tratamento Fora de Domicílio), por serem disponibilizados em grandes centros pelo Estado.

Conforme já explicado acima, sobre a alta complexidade, esta é disponibilizada em centros maiores, pagos, pela rede pública, pelo Estado. Cabe ressaltar que, apesar de haver Hospital particular instalado em Palmas, este também não comporta uma Unidade de Hemodiálise. É importante completar, ainda, que os pacientes palmenses que realizam

hemodiálise são encaminhados por este Município de forma TFD (Tratamento fora de Domicílio), sendo-lhe disponibilizado transporte e, dependendo do local, casa de apoio, com todo o conforto necessário para o seu tratamento.

Função 08: Assistência Social

*Implantação/manutenção da casa acolhedora para mulheres;

Criar um fundo de manutenção para sustentar/amparar as mulheres vítima de violência doméstica;

*Implantar o programa Água Solidária beneficiando as famílias que compõem o cadastro da ação social com extrema pobreza/baixa renda.

No que tange à implantação/manutenção de casa acolhedora para mulheres, além de configurar aumento de despesa, não está explícito acerca do fim da referida casa, seja para vítima de violência doméstica, para mulheres em vulnerabilidade social, entre outros. Havendo a vagueza desta, não há possibilidade da sua análise.

Acerca da criação do fundo de manutenção para sustentar/amparar mulheres vítimas de violência doméstica, esta configura um grande aumento de despesa, sendo contrário ao interesse público.

No que tange ao Programa Água Solidária, cabe ressaltar que a Sanepar, a Companhia de Saneamento do Paraná, possui a tarifa social de água, implantada de forma diferenciada para a população de baixa-renda, que é válida por dois anos, precisando ser recadastrada para permanecer a utilizar o benefício. Desta forma, as famílias de baixa-renda que possuem interesse já são cadastradas e usufruem do benefício, não havendo a necessidade de implantação de duas formas de benefício com o mesmo fim.

Função 20: Indústria, Comércio e Serviços

*Implantação/manutenção de um Centro de Convivência no parque industrial beneficiando todos os trabalhadores, garantindo a manutenção e o mobiliário, disponibilizando funcionários para gerenciar, médico, oftalmologista e dentista.

Quando à implantação de um Centro de Convivência no parque industrial, para beneficiar todos os trabalhadores, garantindo a manutenção e o mobiliário, disponibilizando funcionários para gerenciar, médico, oftalmologista e dentista, cabe ressaltar que esta criará uma despesa muito grande ao Município, vez que o projeto visa a criação de um centro, ou seja, com a construção e manutenção pelo local, além da disponibilização dos servidores públicos já necessários para o bom andamento dos trabalhos nas repartições públicas.

Além de que, o Município realiza inúmeras campanhas durante o ano, a fim de que não só os trabalhadores, mas toda e qualquer pessoa possa cuidar de sua saúde, com testes rápidos, disponibilização de exames, entre outros. Além disso, referidas campanhas ocorrem muitas vezes dentro das empresas instaladas no Município, em parceria com estas, a fim de oportunizar ao trabalhador melhores condições de vida.

Função 15: Urbanismo

*Implantação de um Plano para solucionar o problema de alagamento em zonas de riscos no Município (parcerias IFPR/Exército Brasileiro);

*Implantar um plano para carga e descarga de produtos/mercadorias, no comércio visando a melhoria do tráfego, garantindo a segurança dos Municípios.

Quanto à criação de um Plano para solucionar o problema de alagamento em zonas de riscos no Município, com a realização de parcerias, bem como a implantação de carga e descarga de produtos/mercadorias no comércio, verifica-se que, conforme são sabedores os senhores vereadores, está ocorrendo durante este ano, o qual perdurará até 2020, a elaboração do Plano Diretor. Neste, haverá, entre todos os projetos, a implantação dos dois planos, de forma que torna-se desnecessários referidos planos.

Desta forma, VETO de forma parcial a Lei Municipal nº 2713/2019, nos termos da fundamentação acima expendida, considerando a contrariedade ao interesse público e resquícios de inconstitucionalidade.

São as razões!

Palmas, 27/12/2019.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolaou-Prefeito

Cod319912